

Londrina Iluminação S.A.

**Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório do
Auditor Independente**

Em 31 de março de 2022 e 2021

SUMÁRIO

	Página
Relatório de Revisão de Informações Intermediárias.....	03
Balço Patrimonial	04
Demonstração do Resultado do Período	05
Demonstração do Resultado Abrangente	06
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	07
Demonstração dos Fluxos de Caixa	08
Demonstração dos Valores Adicionados	09
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	10

Relatório de revisão de informações intermediárias

Aos Acionistas e Administradores da
Londrina Iluminação S.A
Londrina - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da Londrina Iluminação S.A (Companhia), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária individual do valor adicionado, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que esta demonstração não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Maringá - PR, 04 de julho de 2022

BEZ Auditores Independentes SS
CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez
Contador CRCPR 037262/O-2

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota Explicativa	31/03/2022	31/12/2021		Nota Explicativa	31/03/2022	31/12/2021
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.187	5.657	Fornecedores	10	3.191	1.093
Contas a receber de clientes	6	98	168	Obrigações sociais	11	928	939
Estoques	7	5.385	3.317	Obrigações tributárias	12	217	324
Impostos a recuperar		82	136	Dividendos a pagar	13	-	-
Outros créditos		8	19	Outras obrigações		23	14
Despesas do exercício seguinte		23	18				
				Total do passivo circulante		4.359	2.370
Total do ativo circulante		11.783	9.315				
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Investimentos	8	-	-	Obrigações sociais		-	-
Imobilizado	9	472	480	Obrigações tributárias		-	-
Intangível	9	15	16				
				Total do passivo não circulante		-	-
Total do ativo não circulante		487	496				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14	4.387	4.387
				Reserva legal		442	442
				Reserva de lucros		2.612	2.612
				Resultado do Exercício		470	-
				Total do patrimônio líquido		7.911	7.441
Total do ativo		12.270	9.811	Total do passivo e patrimônio líquido		12.270	9.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota Explicativa	31/03/2022	31/03/2021
Receita Bruta		4.633	2.285
Deduções da Receita Bruta		(391)	(250)
Receita Líquida	15	4.242	2.035
Custos dos Serviços Prestados	16.1	(2.623)	(2.247)
Lucro Bruto		1.619	(212)
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	16.2	(1.100)	(699)
Outras Receitas/(Despesas)	16.3	46	27
Resultado da Equivalência Patrimonial		-	-
Resultado Operacional		565	(884)
Despesas Financeiras		(8)	(16)
Receitas Financeiras		144	2
Resultado Financeiro	17	136	(14)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		701	(898)
(Provisão para IRPJ) IRPJ Diferido	12	(168)	135
(Provisão para CSLL) CSLL Diferida	12	(63)	81
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		470	(682)
Lucro (Prejuízo) por Lote de 1.000 Ações		0,11	(0,16)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	470	(682)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente no período	<u>470</u>	<u>(682)</u>
Lucro (Prejuízo) por ações (Lote de 1.000 ações)	<u>0,11</u>	<u>(0,16)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Reserva de Lucros			Resultado do Exercício	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de março de 2021	3.671	442	2.970	(682)	6.400
Aumento de Capital	716	-	-	-	716
Resultado do Período	-	-	-	324	324
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	(358)	358	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.387	442	2.612	(0)	7.441
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Lucro do Período	-	-	-	470	470
Destinação do Prejuízo:					
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	-	-	-
Compensação em reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2022	4.387	442	2.612	470	7.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Atividade operacional		
Lucro líquido do exercício	470	(682)
Depreciação e amortização	31	55
Baixas do ativo imobilizado	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Ganho por compra vantajosa	-	-
Resultado ajustado	501	(627)
Varição em:		
Clientes	70	573
Estoques	(2.068)	352
Impostos a recuperar	55	(220)
Outros créditos	11	6
Despesas do exercício seguinte	(5)	(27)
Fornecedores	2.098	232
Obrigações sociais	(11)	(22)
Obrigações tributárias	(107)	(150)
Outras obrigações	9	39
Caixa proveniente das atividades operacionais	553	156
Atividades de investimento		
Aquisições no Imobilizado	(23)	(14)
Alienação de Imobilizado	-	-
Aquisições de investimentos	-	-
Fluxo de caixa consumido pela atividade de investimento	(23)	(14)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	-	(75)
Fluxo de caixa consumido pela atividade de financiamento	-	(75)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	530	67
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.657	86
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.187	153
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	530	67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Receitas	4.679	2.313
Vendas de serviços	4.633	2.285
Outras receitas	46	28
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	2.115	1.595
Materiais aplicados na prestação de serviço	1.140	749
Custos dos serviços prestados	505	663
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	470	183
Perdas ou Recuperação de Valores Ativos	-	-
Valor adicionado bruto	2.563	718
Depreciação e Amortização	31	59
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.532	659
Valor adicionado recebido em transferência	144	2
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Receitas financeiras	144	2
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.676	661
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.676	661
Pessoal	1.289	1.083
Remuneração direta	967	799
Benefícios	244	219
FGTS	78	65
Impostos, taxas e contribuições	909	244
Federais	792	171
Estaduais	14	10
Municipais	103	63
Remuneração de capitais de terceiros	8	16
Juros	8	16
Remuneração de capitais próprios	470	(682)
Dividendos	-	-
Lucros retidos	470	(682)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Londrina Iluminação S.A. (anteriormente denominada Sercomtel Iluminação S.A.) é uma sociedade de economia mista de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2014, sob CNPJ 21.514.376/0001-94, tendo como objeto social:

- a) operar, manter e expandir sistema de iluminação pública, compreendendo iluminação urbana e ornamental, incluindo decorações ornamentais em datas comemorativas;
- b) planejar, implantar, executar, recuperar e melhorar os sistemas municipais de iluminação pública;
- c) montar, reparar, e instalar sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização, inclusive semáforos, em vias públicas, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos;
- d) oferecer soluções integradas de iluminação pública, utilizando-se das Tecnologias de Informação e Telecomunicações;
- e) comercializar equipamentos relacionados ao objeto social;
- f) prover operação, planejamento e gerenciamento de serviço técnico, administrativos, financeiros, comerciais e correlatos com o objeto da Sociedade;
- g) participar de SPE – Sociedade de Propósito Específico com natureza de empresa limitada ou sociedade anônima com um objetivo específico;
- h) participar de sociedades, empresas, consórcios e afins, correlatas ao seu objeto social, preferencialmente como majoritária, sempre integrando o bloco de controle, garantindo direito de veto nas matérias de relevância econômica, administrativa e operacional;
- i) prestar serviços administrativos, financeiros e outros que sejam necessários ao regular desenvolvimento empresarial de suas subsidiárias, controladas e/ou coligadas, que direta ou indiretamente possuam participação social da Sociedade, podendo para tanto firmar contratos de gestão e/ou outros instrumentos normativos com os mesmos;
- j) realizar serviços de podas e retirada de árvores de toda a cidade de Londrina, bem como de seus distritos, a fim de potencializar e assegurar a eficiência do sistema de iluminação pública.

1.1 Alteração da Razão Social

Em decorrência do Processo de Desestatização da Sercomtel S.A. – Telecomunicações e da troca do controle acionário (No, em 24 de novembro de 2021, a 31ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração da denominação social da Sercomtel Iluminação S.A. para Londrina Iluminação S.A., em linha com alteração da marca da empresa. A Londrina Iluminação S.A também é apresentada nessas demonstrações contábeis como “Companhia” ou “Sociedade”.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os aspectos estabelecidos nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua (a moeda funcional) e apresentadas em R\$ (reais), a moeda funcional da Sociedade.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração da Sociedade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 07** – Estoques;
- **Nota 09** - Imobilizado (vida útil e valor residual);
- **Nota 19** – Contingências;
- **Nota 18** - Instrumentos financeiros.

3. Determinação do valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis da Sociedade podem exigir a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos, caso tenha sido necessário apurá-los, para propósitos de mensuração e/ou divulgação, foram baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados, quando aplicável, pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

4. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

4.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio

do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Passivos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expira.

A Sociedade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

4.3. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

4.4. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que

tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Sociedade irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Eventualmente alguns ativos podem passar por revisão da sua vida útil.

As vidas úteis estão mencionadas abaixo:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Equipamentos eletrônicos	05 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramentas e acessórios	05 anos
Instalações	10 anos

4.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre pagamentos em atraso e despesas bancárias. Também são reconhecidos os juros e multas incorridos sobre itens do passivo, ainda que não liquidados, para permitir que os valores expressem de forma fidedigna a situação na data do encerramento das demonstrações.

4.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, e apenas se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.7. Imposto de renda e contribuição social

Sociedade é tributada pelo lucro real, sendo o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	10	3
Aplicações financeiras de liquidez imediata	6.177	5.654
Total	6.187	5.657

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário – CDB, junto à Caixa Econômica Federal, remuneradas com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

6. Contas a receber de clientes

Referem-se a prestação de serviços executados, a serem recebidos nos próximos meses. Em 31 de março de 2022 o total a receber registrado na contabilidade era de R\$ 98. Em 31 de dezembro de 2021 o total era de R\$ 168.

7. Estoques

Referem-se a itens destinados à manutenção, melhorias, modernização e novas obras de implantação na rede de iluminação na cidade de Londrina, no montante de R\$ 5.385 em 31 de março de 2022, dos quais R\$ 688 referem-se a serviços em execução (serviços em andamento). Comparativamente, o saldo do estoque em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 3.317.

8. Investimentos

A participação na investida, Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. é registrada na contabilidade pelo método de equivalência patrimonial. Em 31 de março de 2022 o Patrimônio Líquido da investida encontrava-se negativo. Dessa forma, conforme disposto no CPC 18 – Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, não sendo reconhecido na data do encerramento das demonstrações contábeis obrigações legais ou pagamentos em nome da investida, o valor do investimento foi reduzido a zero, sem o reconhecimento, até o momento, de um passivo referente à participação.

a. Participação Acionária:

A participação acionária na investida é apresentada na tabela abaixo. Durante o ano de 2021 a Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. recebeu adiantamentos para futuro aumento de capital social realizados pelo Município de Londrina. Não havendo até o momento previsão de aportes por parte da Sociedade, a participação acionária na investida poderá ser diluída quando for formalizado o aumento do capital social e a emissão de novas ações.

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

(a) Participação no capital 31/03/2022	
% Participação	40,71%
Quantidade total de quotas:	37.591 quotas
Quantidade de quotas possuídas:	15.304 quotas
(b) Informação da controlada 31/03/2022	
Capital social	37.591 quotas
Patrimônio Líquido	(7.072)
Prejuízo do exercício	(1.326)

b. Informações da investida:

	<u>País</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Prejuízo no Exercício</u>
Em 31 de Março de 2022					
Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.	Brasil	4.708	11.780	(7.072)	(1.326)
		4.708	11.780	(7.072)	(1.326)

9. Imobilizado e Intangível

	Taxa anual de depreciação (%)	31/03/2022			31/12/2021
		<u>Custo de aquisição</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Máquinas e equipamentos	10	62	(22)	40	42
Equipamentos de informática	20	278	(206)	72	78
Equipamentos eletrônicos	20	43	(27)	16	18
Veículos	20	2.119	(1.941)	178	193
Móveis e utensílios	10	161	(45)	115	119
Ferramentas e acessórios	20	44	(16)	28	30
Instalações	10	23	-	23	0
Softwares	20	25	(11)	15	16
Total		2.755	(2.268)	487	496

a) Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários.

b) Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, e no final do exercício passado, findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado deveria ter seu valor reduzido por *impairment*. Foram conduzidas análises sobre alguns itens do ativo imobilizado escolhidos considerando critérios como o valor contábil, relevância e data da aquisição. Os itens selecionados foram catalogados e analisados individualmente conforme fontes internas e externas de informação definidas no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tais itens não apresentaram indicadores positivos, dessa forma dispensou-se a realização do *impairment test*.

c) Movimentação do imobilizado

As baixas realizadas referem-se exclusivamente a itens que durante a análise e verificação periódica do imobilizado foram considerados inservíveis, ou ainda, que não apresentaram mais as características necessárias para que se mantivessem como ativo imobilizado. Foram baixados itens danificados, desgastados, obsoletos e licenças expiradas.

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/03/2022</u>
Máquinas e equipamentos	42	0	-	-	(2)	40

Equipamentos de informática	78	0	-	-	(7)	72
Equipamentos eletrônicos	18	0	-	-	(2)	16
Veículos	193	0	-	-	(15)	178
Móveis e utensílios	119	0	-	-	(4)	115
Ferramentas e acessórios	30	0	-	-	(1)	28
Instalações	-	23	-	-	-	23
Softwares	16	0	-	-	(1)	15
Total	496	23	-	-	(32)	487

10. Fornecedores

Referem-se a valores a pagar para fornecedores de materiais e serviços, no montante de R\$ 3.191 e R\$ 1.093, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente. O aumento no saldo de fornecedores a pagar está ligado às demandas por materiais dos Contratos SMGP nº. 0016/2021 e SMGP nº. 0017/2021 (Modernização Viária e Ornamental). No primeiro trimestre do exercício anterior a modernização da iluminação pública no município de Londrina estava em fase de transição para os novos contratos.

11. Obrigações sociais

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
INSS a recolher	127	112
FGTS a recolher	25	31
Outras obrigações com pessoal	26	40
Parcelamento Previdenciário	216	290
Provisão para férias e encargos	450	466
Provisão para 13º salário e encargos	84	-
Total	928	939

12. Obrigações tributárias

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS a recolher	15	14
COFINS a recolher	70	64
Imposto de renda a recolher	9	1
Contribuição social a recolher	5	-
PIS, COFINS e CSLL retidos	3	3
ISS a recolher	5	5
INSS a recolher - retenção na fonte NF	1	1
Parcelamentos tributos federais	109	236
Total	217	324

a) Apuração de imposto de renda e contribuição social correntes

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Lucro (Prejuízo) contábil antes do IRPJ e da CSLL	701	(898)	701	(898)
(+) Adições	-	-	-	-
(-) Exclusões	-	-	-	-
(-) Compensação Prejuízo	(210)		(210)	
Base de Cálculo dos Tributos	491	(898)	491	(898)
. Alíquotas	15%	15%	9%	9%
Total	(74)	135	(44)	81
. Adicional do IRPJ (10%)	(43)	-	-	-
. (-) Dedução PAT	1	-	-	-
IRPJ e CSLL no Exercício	(115)		(44)	
IR e CSLL Diferidos	(53)	135	(19)	81
Alíquota efetiva IRPJ e CSLL a Pagar	16%		6%	

13. Partes relacionadas

As transações realizadas com controladora Prefeitura do Município de Londrina, a acionista minoritária Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU – LD, e com a investida Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., são apresentadas na sequência, conforme saldo no ativo e passivo:

	31/03/2022	31/12/2021
Contas a Receber - Município de Londrina	98	168
Dividendos a Pagar - Município de Londrina	-	-
Dividendos a Pagar - Sercomtel Participações S.A.	-	-
Dividendos a Pagar - Comp. Mun. de Trâns. e Urba. - CMTU-LD	-	-
Total	98	168

As transações com partes relacionadas geraram os seguintes reflexos no resultado, em 31 de março de 2022 e 2021:

	31/03/2022	31/03/2021
Município de Londrina	4.633	2.285
Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.	(244)	(394)
Total	4.389	1.891

As transações realizadas junto ao Município de Londrina, destacadas na presente Nota Explicativa, referem-se aos serviços de Manutenção da Iluminação Pública no Município e Distritos e Modernização da Iluminação Pública (instalação e substituição de luminárias em Led). As despesas contratadas junto à Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. (investida), referem-se ao atendimento dos chamados de manutenção da iluminação pública realizados pelos municípios (Call Center) e a serviços de caráter administrativo, incluindo aí as despesas decorrentes do compartilhamento de infraestrutura.

As operações mercantis com partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as respectivas partes. Essas operações, devido às suas características específicas, embora tenham seu valor de mercado avaliadas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas.

Remuneração e benefícios da Administração

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla os honorários concedidos a diretores (incluindo provisões para férias e décimo terceiro salário) e conselheiros. Tais valores totalizaram até 31 de março de 2022, R\$ 187 (até 31 de março de 2021, R\$ 139) sem encargos, e encontram-se registrados nas rubricas despesas administrativas.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 o Capital Social da Companhia totalizava R\$ 3.671 divididos em 6.671 ações nominativas, sem valor nominal.

Em 07 de outubro de 2021 a 30ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta para o aumento do Capital Social em R\$ 716, equivalente a 716 ações ordinárias nominativas.

Dessa forma, em 31 de março de 2022 o Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 4.387 representados por 4.387 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A distribuição das ações do Capital Social subscrito está assim representada:

	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>Participação</u>
Município de Londrina	4.016	91,54%
Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização	371	8,46%
Total	4.387	100,00%

b) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Distribuição de dividendos

A Sociedade distribui, em cada exercício social, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nele apurado, obedecidas as disposições da Lei nº 6.404 de 1976 e o seu Estatuto Social. Nos termos da legislação e estatuto, poderá a Companhia também realizar a distribuição de Juros Sobre Capital Próprio.

d) Reserva de lucros

Nos termos do art. 197 e 202 da lei nº 6.404/1976, a Administração da Companhia propõe a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados à constituição de reserva de lucros. Sendo apresentando prejuízo no exercício, os valores são compensados junto à conta Reserva de Lucros, conforme legislação societária vigente.

15. Receita Líquida

A Companhia apresentou no primeiro semestre uma desaceleração no ritmo das obras de Modernização da Iluminação Pública, causada pela transição entre os contratos com o Município. Ademais, no mesmo período no ano anterior, houve uma aceleração atípica no ritmo das obras, devido à terceirização de parte dos serviços, ampliando assim a capacidade de instalação/substituição das luminárias, causando a discrepância na receita apresentada na tabela a seguir.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Receita Bruta com serviços prestados	4.633	2.285

(-) Deduções		
. PIS	(52)	(34)
. COFINS	(238)	(154)
. ISS	(102)	(62)
Total da Receita Líquida	4.242	2.035

16. Informações sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir.

16.1. Custo dos serviços prestados

	31/03/2022	31/03/2021
Pessoal e encargos	974	825
Cooperação técnica	-	-
Software	53	42
Material aplicado	1.133	723
Call center	97	414
Consumo de combustível	28	29
Manutenção da frota	117	52
Outros serviços de terceiros PJ	5	5
Outros custos	193	111
Depreciação e amortização	23	46
Total	2.623	2.247

16.2. Despesa gerais e administrativas

	31/03/2022	31/03/2021
Pessoal e encargos	592	496
Aluguel	98	51
Consultoria em software	16	12
Conselho fiscal	81	61
Suporte corporativo	157	-
Cooperação técnica	-	-
Outros serviços de terceiros PJ	5	2
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Outras despesas	118	58
Depreciação e amortização	7	9
Despesas tributárias	26	10
Total	1.100	699

16.3. Outras despesas e receitas operacionais

	31/03/2022	31/03/2021
Baixa de Imobilizado	-	-
Resultado negativo da equivalência patrimonial	-	-
Participação nos Lucros e Resultados	-	-
Total das outras despesas operacionais	-	-

Resultado positivo da equivalência patrimonial	-	-
Ganho por compra vantajosa em investimentos	-	-
Outras receitas operacionais	46	27
Total das outras receitas operacionais	46	27
Resultado das outras receitas (despesas) operacionais	46	27

17. Resultado financeiro

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Juros, multas e descontos financeiros pagos	(7)	(15)
Despesas bancárias e IOF	(1)	(1)
Juros sobre Capital Próprio	-	-
Total das despesas financeiras	(8)	(16)
Rendimentos de aplicações financeiras	133	1
Multa contratual	-	-
Juros ativos e descontos recebidos	11	1
Total das receitas financeiras	144	2
Resultado financeiro líquido	136	(14)

18. Instrumentos financeiros

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro abaixo.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	6.187	5.657
Contas a receber - Partes Relacionadas	98	168
Outros créditos	8	19
Passivo		
Fornecedores e outras contas a pagar	(3.191)	(1.093)
Partes relacionadas	-	-
Outras obrigações	(23)	(14)
Total	3.079	4.737

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores: Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas e ajustadas a valor presente;

Adiantamentos a fornecedores/ Outras contas a receber/outras contas a pagar: Decorrem de adiantamentos realizados/recebidos e demais saldos ligados diretamente às operações da Companhia.

Créditos com acionistas controladores e coligados: Referem-se a saldos de empréstimos a receber/pagar aos sócios da Companhia.

Empréstimos e financiamentos: Contratações realizadas com instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Gerenciamento de risco financeiro

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado.

A Companhia demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresentará informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento destes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em honrar com as obrigações associadas com seus passivos financeiros a serem liquidados com pagamentos à vista, outros empréstimos, ou monetização de outros ativos.

Risco de mercado

Risco decorrente da possibilidade de oscilações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

19. Contingências

A Sociedade, juntamente com suas partes relacionadas, integra o polo passivo em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão para contingências passivas, já que não foram identificados processos judiciais em que seja provável a formação de um passivo.

Adicionalmente, a Companhia, com base em parecer dos assessores jurídicos da Empresa, divulga as ações com possibilidade possível de perda, as quais somam o montante de R\$ 183 e estão assim divididas:

	Prognóstico
Ações de Cunho Cível	103
Ações Trabalhistas	80
Total	183

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composta conforme apresentado a seguir:

	Limite máximo Indenização - R\$ Mil
Riscos cobertos	
Veículos	2.899
Seguro de Responsabilidade Civil	10.000
Imóveis/Estoque	9.763
Total	22.662

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Fortunato David
Presidente

Florindo Dalberto
Membro

Oscar Alberto Bordin
Membro

Leandro Silva da Rosa
Membro

Henrique Hiroshi Nakamá
Membro

Juarez Paulo Tridapalli
Membro

Flávio Marcos Bento Vendramini
Membro

CONSELHO FISCAL

Moisés Silva Junior

Marcos José de Lima Urbaneja

Luciana Viçoso de Oliveira

DIRETORIA

Cláudio Sérgio Tedeschi
Diretor Presidente

Beatriz de Oliveira Teixeira
Diretora Administrativo Financeira

Alexander Farias Fermino
Diretor de Operações

CONTADOR

Marcos Vinícius Beffa
CRC PR 071427/O-1